

RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.314 - MA (2014/0261890-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : JOSÉ EDMILSON CARVALHO FILHO - MA004945
RECORRIDO : RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO
RECORRIDO : RUTH GONÇALVES BAIMA DE ARAÚJO
RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES
RURAIIS DE TANQUE
ADVOGADO : JOSÉ ARIAS DA SILVA E OUTRO(S) - MA003355

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, assim ementado:

"AGRAVO REGIMENTAL. ERRO MATERIAL CONFIGURADO. CORREÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE.

1. O erro material pode ser corrigido de ofício, a qualquer tempo, sem que isso implique violação ao princípio que veda a reformatio in pejus. 2. Agravo regimental conhecido e improvido. Unanimidade" (fl. 224)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação ao art. 463 do CPC/73 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que a sentença não incorreu em erro material, ao condená-la exclusivamente ao pagamento das custas processuais em 10% (dez por cento) do valor da causa, desautorizando a Corte estadual, portanto, a inserir no dispositivo da decisão de 1º grau a obrigação de pagar honorários de sucumbência.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 262).

É o relatório.

Para a correta compreensão da pretensão recursal, destaca-se o conteúdo do dispositivo da sentença, cuja interpretação é objeto da controvérsia:

"Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em face do pedido de desistência formulado pelo exequente, com arrimo no art. 267, VIII, do CPC e HOMOLOGO POR SENTENÇA PARA QUE PRODUZA SEUS EFEITOS LEGAIS E JURÍDICOS NOS TERMOS DO ARTIGO 58,

PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC.

Considerando o que dispõe o art. 26 do CPC, condeno o exequente ao pagamento das custas no percentual de 10% do valor da causa."

Diante da conclusão do magistrado de 1º grau, o Tribunal de origem, em sede de apelação interposta pela própria instituição financeira, entendeu que a ausência da condenação desta ao pagamento de honorários de sucumbência implicou a ocorrência de erro material, o qual foi reparado, então, por meio do acórdão recorrido.

A rigor, os encargos de sucumbência - custas e honorários - decorrem logicamente do julgado desfavorável às partes do processo. Desse modo, ainda que não fosse possível extrair da sentença afirmação dúbia a respeito da condenação da parte vencida aos honorários, estes poderiam ser inseridos de ofício no dispositivo do título judicial. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. SENTENÇA QUE SE OMITIU, QUANTO À FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO, QUE PERMITE O CONHECIMENTO DE MATÉRIAS EXAMINÁVEIS DE OFÍCIO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 24/04/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Na origem, Empreendimentos Pague Menos S/A, ora agravante, interpôs Apelação, em face de sentença que julgara improcedentes os pedidos formulados em sede de ação ordinária, proposta em desfavor de Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada - mormente quanto à alegação de violação ao art. 535 do CPC/73 -, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.

IV. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

V. Na forma da jurisprudência desta Corte, "'a fixação dos honorários advocatícios é matéria que deve ser conhecida de ofício, porquanto é consectário lógico da sucumbência' (AgRg no REsp 1.189.999/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/8/2012, DJe de 24/8/2012)" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1471484/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 09/11/2015). Nesse contexto, considerando o efeito devolutivo da Apelação, que possibilita o conhecimento, pelo Tribunal de origem, de matérias examináveis de ofício - como é o caso dos honorários advocatícios -, não há que se falar em preclusão ou em ilegalidade do acórdão que, em razão da omissão da sentença, arbitrou honorários advocatícios, em desfavor da parte sucumbente na demanda. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1036285/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)"

O acórdão recorrido, portanto, deve ser mantido.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator